

ASSEMBLEIA

DOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS

16 de Maio (Quinta)
Às 14h no Auditório do SINTESPE
Praça Olívio Amorim, 82 - Centro - Florianópolis/SC

SALÁRIO MÍNIMO EM SC
R\$ 1.612

PISO DO SERVIDOR ESTADUAL
R\$ 820
É UMA VERGONHA



SINTESPE
Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de SC

**TODOS À ASSEMBLEIA DIA 16
PARA ENCAMINHAR A LUTA POR:**

- Cumprimento da Data-Base;
- Isonomia salarial com pagamento imediato das gratificações para quem não recebe;
- Fim do confisco de 14% nas aposentadorias;
- Plano de cargos e salários digno e paridade nas aposentadorias e pensões;
- Integralidade, paridade e incorporação das gratificações;
- Pagamento integral do vale-alimentação (R\$ 550 – em parcela única)
- Piso da enfermagem a todos servidores efetivos e temporários;
- Realização de Concurso Público





ASSEMBLEIA GERAL DIA 16 DE MAIO VAI DECIDIR ENCAMINHAMENTOS DA CAMPANHA SALARIAL 2024

Na expectativa de uma resposta do governo Jorginho Mello (PL) a respeito da pauta de reivindicações dos servidores na administração direta, indireta, autarquias e fundações, a diretoria do SINTESPE convoca toda categoria a participar de Assembleia Geral dia 16 de maio, quinta-feira, às 14 horas no SINTESPE para decidir sobre as próximas ações da Campanha Salarial 2024, como a equiparação das

gratificações, o cumprimento da lei da Data-Base (15695/2011), e a revogação do confisco de 14% nas aposentadorias e pensões.

Em reunião realizada com a diretoria no mês de março, o governo se comprometeu a dar uma resposta sobre a pauta apresentada. A negociação ficou marcada para 7 de maio.

TABELA DA VERGONHA COM PISO DE R\$ 820,00

Ao longo de sucessivos governos, o Estado de Santa Catarina tem praticado uma política salarial, injusta e que discrimina os servidores pagando diferentes salários para cargos e funções equivalentes. Reajustes foram concedidos em forma de gratificações diferenciadas, deixando uma parcela significativa com os vencimentos altamente defasados. Importante salientar que a lei da Data-Base, instituída em 2011, foi cumprida apenas em 2012. Assim, há 12 anos não acontece reposição inflacionária neste Quadro.

Nesse sentido, o SINDICATO irá apresentar a proposta de recomposição do Quadro Geral deste período inflacionário com o pagamento da inflação dos últimos anos, progressão de 1,2% entre cada nível (equivalente ao Quadro da Saúde), adicional de graduação para cargos de nível médio, atualização do adicional de pós-graduação para quem está no quadro de carreira de nível superior, além da revisão do adicional noturno, insalubridade e de risco de vida.

EQUIPARAÇÃO DAS GRATIFICAÇÕES, JÁ!

Além do cumprimento da Data-Base, a equiparação das gratificações é prioridade. Para chamar a atenção sobre a discriminação de mais de nove mil servidores que atuam num mesmo cargo, porém em diferentes órgãos sem receber a segunda gratificação, diretores estão visitando locais de trabalho e distribuindo camisetas estampadas com o tema.

A diretoria também vem cobrando a isonomia, em reuniões com o Grupo de Trabalho composto por representantes do governo e de associações de servidores.

AÇÃO COLETIVA POR ISONOMIA NAS REMUNERAÇÕES

A Ação Civil Pública ajuizada pelo SINDICATO em dezembro de 2022 que cobra do governo de SC a equiparação nas remunerações está pronta para julgamento, porém ainda não foi julgada no Tribunal Estadual, apesar de diversas conversas que a assessoria jurídica tem feito com os juizes. Por conta da política de substituição da Data-Base por gratificações desde 2012, um grupo de servidores obteve reajuste de até 254,65%, enquanto outros receberam apenas 73%, resultando numa diferença de 181% nas remunerações recebidas por quem ocupa o mesmo cargo em diferentes órgãos.

Apesar do andamento das ações jurídicas, a luta organizada ainda é o maior instrumento dos trabalhadores para alcançar suas conquistas.

TODOS À ASSEMBLEIA DIA 16 PARA ENCAMINHAR A LUTA POR:

- Cumprimento da lei 15695/2011 que dispõe sobre a Data-Base;
- Isonomia salarial com pagamento imediato das gratificações para quem não recebe;
- Fim do confisco de 14% aos aposentados e pensionistas
- Plano de cargos e salários digno e paridade nas aposentadorias e pensões;
- Integralidade, paridade e incorporação das gratificações;
- Pagamento integral do vale-alimentação (R\$ 550 em parcela única)
- Piso da enfermagem a todos servidores efetivos e temporários;
- Realização de Concurso Público para todas as áreas